



“São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Pedro Henrique Marques Freitas

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Nesta era de avanços tecnológicos e complexidades jurídicas, a aplicação desse princípio torna-se ainda mais crucial para assegurar a integridade do sistema judicial e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos. A utilização de provas ilícitas não apenas compromete a imparcialidade do processo, mas também coloca em risco a confiança da sociedade na eficácia e na equidade do sistema de justiça. Esta pesquisa tem como objetivo explorar a importância e as implicações do princípio da inadmissibilidade de provas ilícitas no contexto jurídico brasileiro. Através de uma análise abrangente, pretende-se examinar as bases legais e os fundamentos éticos que sustentam esse princípio, bem como suas aplicações práticas e os desafios enfrentados na sua implementação. Ao compreendermos melhor os princípios e as nuances envolvidas na questão da admissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos, estaremos contribuindo para o aprimoramento do sistema jurídico

Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar o princípio da inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos no processo legal, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal do Brasil. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que engloba o Direito Constitucional, a Ética Jurídica e a Teoria do Processo, busca-se compreender a importância e as implicações desse princípio

Material e Métodos

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, será adotada uma abordagem metodológica que combina pesquisa bibliográfica, análise de jurisprudência e estudo de casos. Pesquisa Bibliográfica: Será realizada uma revisão da literatura especializada em Direito Constitucional, Direito Processual, Ética Jurídica e outras áreas relacionadas. Serão consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos normativos, visando a compreensão aprofundada do princípio da inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos e sua aplicação no contexto jurídico brasileiro. Análise de Jurisprudência: Será realizada uma análise da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ)



Resultados e Discussão

Através da análise da legislação, da jurisprudência e da literatura especializada, foram identificados diversos aspectos que destacam a relevância e as implicações desse princípio para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e para a integridade do sistema de justiça. Em relação à legislação, observa-se que o princípio da inadmissibilidade de provas ilícitas encontra respaldo no artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal, que estabelece a igualdade perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Essa disposição constitucional reflete o compromisso do Estado brasileiro com a proteção dos direitos individuais e a garantia de um processo legal justo e imparcial.

Conclusão

O princípio da inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos emerge como um dos pilares fundamentais do sistema jurídico brasileiro, garantindo a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos e a integridade do processo legal. A análise realizada neste estudo demonstra que esse princípio, consagrado no artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal, desempenha um papel crucial na manutenção do Estado Democrático de Direito e na promoção da justiça e da equidade no país.

Referências

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

https://www.google.com/search?q=artigo+5+inciso+56+da+constitui%C3%A7%C3%A3o+federal&sca_esv=46a96e68a6d55bfc&ei=8xCZoOiOeK5OUPoKEv&udm=&ved=0ahUKEwjDi73ijlyGAXViH7kGHADQCwAQ4dUDCBA&uact=5&oq=artigo+5+inciso+56+da+constitui%C3%A7%C3%A3o+federal&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcuAilGfYdGlnbyA1IGluY2lzb2Y1NiBkYSBjb25zdGl0dWnDp8OjbyBmZWRIcmFsMggQABiABBiBDiIEAAYgAQYogQyCBAAGIAEGKIEMggQABiABBiBDiIEAAYgAQYogRlrBhQ1w1YIRJwAngBkAEAmAGkAaABngKqAQmWlJk4AQPIAQD4AQGYAgSgArQCwgIKEAAYsAMY1gQYR8ICBRAAGIAEwglIEEAYHpgDAIgGAZAGCJIHAzluMqAHxQc&sclient=gws-wiz-serp

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10728274/inciso-lvi-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988



Anhanguera